

SAÚDE MENTAL DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

MENTAL HEALTH OF CORRECTARIAN AGENTS

¹EMILIANO, T. C. A.; ¹SIQUEIRA, M. L. M.; ²SILVA, C. A.

^{1e2}Departamento de Psicologia –Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos-UNIFIO

RESUMO

O trabalho do agente está exposto a inúmeros riscos e situações de estresse, pois tanto eles como a família correm riscos de sofrer violências e estão expostos ao risco de contrair doenças por conta da situação precária das penitenciárias do Brasil, assim sentem medo e insegurança tanto dentro como fora do seu local de trabalho. O objetivo da presente pesquisa foi apresentar reflexões sobre as situações vivenciadas pelos agentes penitenciários e apontar algumas consequências para a saúde mental desses sujeitos. Através de pesquisa bibliográfica buscou-se referenciais teóricos que abordassem o cotidiano dos agentes numa leitura da Psicologia Social. A discussão mostra que a exposição e os estresses cotidianos que estão sujeitos pode produzir medo, sensação de insegurança e interferir negativamente em sua saúde mental. Nesse sentido, faz-se necessário a oferta de cuidados psicológicos com os agentes penitenciários para que seja possível promover saúde mental e repensar seu cotidiano de trabalho.

Palavras-chave: Agente Penitenciário. Saúde Mental. Psicologia Social.

ABSTRACT

The work of the agent is exposed to numerous risks and situations of stress, because both they and the family are at risk of suffering violence and are exposed to the risk of contracting diseases due to the precarious situation of prisons in Brazil, so they feel fear and Insecurity both inside and outside your workplace. The objective of this research was to present reflections on the situations experienced by the penitentiary agents and to point out some consequences for the mental health of these subjects. Through bibliographic research, theoretical references were sought to address the quotidian of the agents in a reading of Social psychology. The discussion shows that the exposure and daily stresses that are subject can produce fear, feeling of insecurity and negatively interfering in their mental health. In this sense, it is necessary to offer psychological care to the penitentiary agents so that it is possible to promote mental health and rethink their daily work.

Keywords: Penitentiary Agent. Mental Health. Social Psychology.

INTRODUÇÃO

O trabalho do agente penitenciário muitas vezes é estressante e inseguro, sendo exposto ao risco constantemente ao realizar a tarefa de trazer segurança a instituição penitenciária. A profissão possui um vínculo com o encarceramento, com a violência e as formas de castigo e exclusão. Eles se denominam como “presos sem grades” pois vivenciam um cotidiano semelhante ao do sujeito encarcerado (LOPES, 2002).

É possível perceber que embora estejam dispostos a enfrentar riscos que a profissão traz, em muitos casos não há um suporte para as questões de saúde mental do trabalhador, assim como há também uma negligência do estado em relação ao sujeito que trabalha no cárcere. O medo e a insegurança se fazem presentes pelo fato de receberem ameaças, podendo comprometer a saúde como um todo.

Assim, esses fatores de risco, como, ameaças e até mesmo agressões físicas podem gerar insegurança até em momentos de lazer, como, não querer sair de casa, ou sentir desconfiança de pessoas que fazem parte do cotidiano do carcereiro.

O estresse vivenciado pelos funcionários justamente por fazer parte de um cotidiano em que estão expostos a situações de violências diversas fazem com que seja necessário um serviço psicossocial ofertado também para esses colaboradores.

E além do estresse, a falta de segurança no trabalho atinge todas as classes, apesar dos problemas de saúde mental no ambiente de trabalho serem reconhecidas no Código Internacional de Doenças – CID10, segundo os autores Sato e Bernardo (2005) é apresentada como um desafio para o estado, necessitando que os trabalhadores arquem com despesas nesse sentido fora do ambiente onde trabalham.

Pereira e Vianna (2009) definem saúde mental como o que oferece a identidade social do sujeito, a possibilidade de ser autônomo da própria vida, não sendo então apenas a ausência da doença, como cita o autor: “Não podemos reduzir a saúde mental a ausência de transtornos psíquicos. Ela vai mais além” (PEREIRA E VIANNA, 2009, p. 18). Então, saúde mental não é apenas quando não se tem alguma doença, mas sim a qualidade de vida cognitiva e emocional do sujeito.

Sendo assim, a presente pesquisa, de cunho bibliográfico, apresenta sua importância no sentido de que existem muitos funcionários adoecidos por conta de um trabalho estressante e de alta periculosidade, onde não se fala sobre saúde mental. Em muitos casos é possível perceber que os funcionários não sabem que o ambiente está agravando sua saúde, por acreditar que as violências sofridas é algo normal dentro dos presídios.

A sua importância destaca-se também pelo baixo número de pesquisas publicadas no meio acadêmico acerca do trabalho do agente penitenciário e a relação deste com violência e os agravos na saúde mental, bem como a importância do acompanhamento do profissional de psicologia para com essa classe trabalhadora. Assim como Correia (2006) apresenta que em sua pesquisa foi possível perceber que não há um estudo sobre a segurança e saúde do trabalhador na penitenciária, e que assim há grandes problemas com relação a saúde e segurança do agente penitenciário.

Desta forma, o objetivo da presente pesquisa é apresentar reflexões sobre as vivências do agente penitenciário relacionadas ao seu trabalho, bem como, apontar as consequências para a saúde mental desses sujeitos e destacar a importância do cuidado com a saúde mental dos agentes.

DESENVOLVIMENTO

O COTIDIANO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

O papel dos agentes penitenciários dentro dos sistemas prisionais existentes na atualidade é visto pela sociedade de forma maléfica, pois o trabalho se dá a base de ameaças e exclusão de usuários do sistema. Estão ligados a questão de tortura e castigo para que assim possa se garantir a ordem do social (LOPES, 2002). Assim, a profissão é em muitos locais recusada, pois por ser considerada aversiva, em geral as pessoas desistem do cargo ou simplesmente não aceitam fazer parte desse sistema.

O autor explica que durante os séculos a forma de tratamento adotadas por agentes sofreram alterações até chegar no modelo atual. O agente era visto como um “educador”, na expectativa de que o profissional pudesse participar no processo de reinserção social do sujeito, porém, segundo a revisão bibliográfica é possível constatar que o atual modelo prisional vigente na sociedade não contribui para a ressocialização do sujeito.

Na atualidade, a tarefa dos agentes penitenciários não é a de ressocializar o sujeito encarcerado, mas sim de manter a segurança e ordem na unidade em que está inserido, quando ocorre rebeliões ou insatisfação por parte de alguns encarcerados, a segurança tanto dos funcionários quanto dos usuários é tarefa do agente (LOPES, 2002).

Nascimento e Bandeira (2018) trazem uma ideia semelhante à do autor citado anteriormente, no qual o papel dos agentes é de controlar os reeducandos, para que cumpram suas penas e obedeçam às regras para que estejam aptos a conviver em sociedade. Mantém a ordem no estabelecimento, porém está submetido a formas de violência e opressão.

Rumin (2006) explica que muitas vezes os agentes penitenciários são sobrecarregados no trabalho, pois muitos são destinados a setores administrativos para suprir a falta de funcionários e acaba por ficar um número reduzido de agentes para as atividades nos pavilhões.

Sendo assim, Silva (2014) pontua que o estresse e a violência fazem parte do cotidiano desse profissional, e a realidade prisional pode trazer consequências a sua saúde mental, podendo causar adoecimento.

Rumin (2006), acrescenta que muitas vezes os agentes sofrem com a falta de reconhecimento da própria empresa para o qual trabalham, como cita o autor:

O embate entre sentenciados e ASPs também é fonte de sofrimento para os trabalhadores quando ocorre alguma violência. As sindicâncias realizadas contra os trabalhadores continuam existindo no histórico profissional do trabalhador mesmo quando ele não é condenado. A submissão dos trabalhadores aos processos de sindicância provoca sensações de desvinculação do discurso institucional (RUMIN, 2006, p. 579).

Além disso, as condições de trabalho dos agentes penitenciários são precárias na maioria dos presídios brasileiros, dessa forma ele fica exposto a vários fatores de risco para sua saúde mental, como ansiedade, doenças psicossomáticas, podendo ter tanto doenças físicas como psíquicas. A autora Tschiedel (2012) pontua que a falta de reconhecimento do profissional e a desvalorização social que esse profissional sofre pode acarretar em mais sofrimento e gerar agravos em sua saúde.

A autora ainda ressalta que as condições de trabalho que experienciam todos os dias em longas jornadas de trabalho, em que muitas vezes precisam realizar certos tipos de procedimentos que não fazem parte da sua ocupação justamente por falta de profissionais na área, essas condições influenciam diretamente em sua saúde, bem como a falta de reconhecimento e a má visão que a sociedade tem desses trabalhadores. É preciso então que haja ações que melhorem a qualidade de vida desse profissional, nas palavras da autora:

Necessita-se que os riscos psicossociais sejam identificados e contextualizados para que medidas preventivas e/ou curativas permitam a sua eliminação / redução e que se construam ambientes de trabalho mais saudáveis (TSCHIEDEL, 2012, p. 21).

Santos (2010) afirma que muitas vezes o trabalho no cárcere não é uma opção, em muitos casos os funcionários desistem em alguns dias ou meses de trabalho, os que optam por permanecer no ambiente são aqueles que estão em busca de uma estabilidade financeira que o concurso público os oferece. Ao passar em uma prova, o trabalho está garantido na grande maioria dos estados sem que haja uma formação mais específica para lidar com esse tipo de trabalho.

O agente penitenciário realiza uma função de média complexidade, porém, ao manter a ordem e a segurança no presídio fazendo com que os recolhidos não comecem uma rebelião para que não aumente o risco de outros trabalhadores na prisão, eles recebem ameaças constantes, e intimidações que podem colocá-lo em um risco psicossocial:

O trabalho está entre os determinantes e condicionantes da saúde e é fundamental que se conheçam as condições, os riscos e agravos na perspectiva de quem o vivencia, para dispor de elementos que possibilitem a discussão dos problemas encontrados e a busca coletiva de soluções, com a participação ativa do trabalhador junto com a macrogestão (JASKOWIAK; FONTANA, 2015, p. 236).

A falta de segurança no presídio é um fator que causa desconforto nos agentes penitenciários, segundo a pesquisa das autoras Jaskowiak e Fontana (2015), as dificuldades do sistema de se organizar fazem com que os agentes tenham que trabalhar sem apoio do estado, sem leis ou programas que visem trazer segurança no trabalho. O descaso pode acarretar em uma falta de olhar sobre as questões subjetivas e singulares dos agentes.

Sendo assim, o estresse psicossocial vivenciado por essa classe de trabalhadores expressado através de um convívio com o risco, brigas entre usuários, tentativas de fugas e outros problemas como desentendimentos entre os próprios funcionários, causa um adoecimento, devido aos momentos de tensão experienciados (JASKOWIAK; FONTANA, 2015).

Além do medo e insegurança dentro do local de trabalho os autores Figueiró e Dimenstein (2018) trazem a questão da insegurança que os agentes sentem fora do seu local de trabalho, no qual sempre usuários ganham liberdade, assim os agentes sentem medo e sentem a necessidade de estar constantemente em alerta, pois muitas vezes esses usuário os conhecem, sabem onde moram. Assim, trabalhar num sistema prisional gera nos agentes modos de vida específicos, o que faz com que ajam de determinadas maneiras por conta do medo e insegurança, isso interfere na vida social, no lazer, na forma como se comportam em lugares públicos e até de optarem por não frequentar determinados lugares.

De acordo com os autores os agentes também se sentem presos, mesmo sem grades, por precisar optar por ficar em casa, fazer eventos privados, evitando assim sair para festas, bares, praia, qualquer lugar público que não lhe trazem

segurança. Esse sentimento de privação da liberdade está presente também pelo fato de permanecerem por um longo tempo na instituição sem ter contato com o externo, no qual enquanto estão em seu horário de trabalho não podem utilizar nenhum tipo de aparelho celular ou algo parecido.

Os autores explicam como a vida dos membros da família dos agentes também são afetadas, tanto por essa insegurança quanto por dificuldades em conviver com o agente, alguns relatam que o companheiro ou companheira tem dificuldades para dormir, fazem uso de medicações controladas e estão constantemente preocupados com o familiar, então os familiares desses agentes estão cercados por diversos sentimentos, dentre eles o medo e ansiedade, assim muitas vezes as mudanças na vida dessas famílias acabam por gerar muitos conflitos.

Como pontuam os autores, juntamente com esse sentimento de insegurança está presente o desejo de proteção, assim a vontade de morar em casas cada vez mais fechadas, muros altos, com cercas elétricas, o desejo de possuir todos os objetos que os deem segurança, o medo maior não está restritamente em trabalhar dentro da prisão, mas sim de viver fora dela.

Jaskowiak e Fontana (2015) pontuam que a falta de um psicólogo nos presídios que realize um trabalho com os funcionários apenas simboliza a total falta de investimento na saúde do trabalhador por parte do estado:

Como o ambiente físico e psicológico do trabalho contribui para que o trabalhador exponha-se a sofrimentos de ordem física e emocional, transformar esse espaço com vistas a uma ambiência saudável pode ser fonte de satisfação (JASKOWIAK; FONTANA, 2015, p.240).

A negligência do estado é um dos principais fatores que contribuem para o adoecimento dos agentes, a estrutura com a qual trabalham, os equipamentos usados por eles e a falta de tempo livre são alguns agravantes para esse adoecimento, como cita o autor:

Sentimentos como insegurança e medo da violência, além de restrições ao lazer, o preconceito oriundo do estigma do trabalho carcerário, da extensa jornada de trabalho, as situações perigosas e insalubres, o trabalho com equipamentos obsoletos e as viaturas sucateadas podem contribuir para o adoecimento físico e mental do AP (JASKOWIAK; FONTANA, 2015, p. 240).

As condições de trabalho podem dificultar a qualidade de vida desses profissionais, é preciso que o estado e os gestores tenham um olhar sobre essas

condições e sobre as necessidades dos trabalhadores do presídio, principalmente ofertar um suporte psicológico para que as tensões sejam expressadas de alguma forma:

[...] os trabalhadores do cárcere estão expostos ao sofrimento e ao adoecimento, em especial pela exposição a riscos psicossociais decorrentes da tensão e da violência, e a riscos biológicos pelo contato com doenças transmissíveis. As condições de trabalho não são boas, pois a infraestrutura é precária, o ambiente é insalubre e os equipamentos e materiais são escassos, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho de forma eficaz e segura (JASKOWIAK; FONTANA, 2015, p.241).

Tschiedel (2012) pontua também que a maioria dos estudos e trabalhos realizados em penitenciárias são voltados aos encarcerados, deixando, portanto, os profissionais de lado. O acolhimento de agentes penitenciários é de suma importância, dar voz a eles, oferecer uma escuta aos seus problemas e angústias acerca do seu trabalho na instituição, dessa forma é possível que ele se dê conta de alguns de seus problemas e consiga visualizar soluções para que assim seja possível haver uma diminuição dos riscos em seu cotidiano.

Dentro dos presídios brasileiros ocorrem muitas situações difíceis de violência ou rebeliões, com isso os trabalhadores estão constantemente em perigo, muitos trabalhadores sofrem com essa condição diariamente, podendo afetar sua saúde tanto física como mental. Os autores Sato e Bernardo (2005) irão dizer que é preciso priorizar a saúde mental não somente dos que trabalham constantemente em contato com fatores de risco, mas na saúde mental de todos os trabalhadores e em todas as classes, entendendo portanto quais as suas demandas, fazendo com que ele consiga lidar com isso da melhor forma possível, e traçando modificações para que ele consiga ter minimamente a sua saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do agente penitenciário é rodeado de medo e insegurança, esses sentimentos são decorrentes das condições precárias de trabalho, pelos riscos de sofrer violências e a insegurança de se viver fora dos presídios. Todas essas situações causam diversos prejuízos na saúde mental do trabalhador, sendo, angustias, ansiedades, estresses. Além disso, é possível perceber como essas situações afetam a vida pessoal do agente, no qual muitas vezes não consegue estar em público sem sentir medo ou então desfrutar do lazer, pois há locais que não

se sentem seguros, tudo isso acaba impossibilitando a autonomia de vida do sujeito, o que acarreta prejuízos na sua qualidade de vida, sendo assim prejudicando a saúde mental. De acordo com as pesquisas não há uma atenção voltada para a saúde mental do agente penitenciários, no qual se vê a necessidade de cuidados psicológicos com esse trabalhador. Nesse sentido é importante que o psicólogo que atua no sistema prisional realize um trabalho voltado para os cuidados da saúde mental dos agentes penitenciários, assim é possível que os agentes exteriorizem seus sentimentos e angústias, reflitam sobre suas condutas com os usuários que muitas vezes colocam em risco a própria vida, assim como refletir sobre suas vivências fora do local de trabalho.

REFERÊNCIAS

CORREIA, A. P. **Análise dos fatores de risco da profissão do agente penitenciário: contribuições para uma política de segurança e saúde na gestão penitenciária.** 2006, 65 f. Monografia (especialização – *Latu Sensu* – gestão penitenciária, problemas e desafios) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Disponível em:

<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/ADEMILDO_%20PASSOS_CORREIA2006.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

FIGUEIRÓ, R. A.; DIMENSTEIN, M. Controle a céu aberto: medo e processos de subjetivação no cotidiano de agentes penitenciários. **Psicologia: ciência e profissão.** v. 38, n. 2, p. 131-143, 2018.

JASKOWIAK, C. R.; FONTANA, R. T. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Rev. Bras. Enferm.** v. 68, n. 2, p. 235-243, mar/abr. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2670/267040408008.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

LOPES, R. Psicologia jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. **Psicol. Am. Lat.** México, n. 0, p. 1-8, ago. 2002. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2002000100004>. Acesso em: 05 set. 2019.

NASCIMENTO, L. G.; BANDEIRA, M. M. B. Saúde penitenciária, promoção de saúde e redução de danos do encarceramento: desafios para a prática do psicólogo no sistema prisional. **Psicologia: Ciência & Profissão.** v. 38, n. 2, p. 102-116, 2018.

PEREIRA, A. A.; VIANNA, P. C. M. **Saúde mental.** Belo Horizonte: Nescon/UFMG, coopmed, 2009. Disponível em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1730.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2019.

RUMIN, C. R. Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e atenção em saúde mental. **Psicologia, ciência e profissão**. v. 26, n. 4, p. 570-581, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a05>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SANTOS, M. M. **Agente penitenciário: trabalho no cárcere**. 2010, 88 f. Dissertação (mestrado em psicologia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17464/1/MarciaMS_DISSERT.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

SATO, L.; BERNARDO, M. H. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. **Ciência & Saúde**. v. 10, n. 4, p. 869-878, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2005.v10n4/869-878/pt>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SILVA, H. M. M. **Perfil sociodemográfico, estilo de vida, condições de saúde e transtorno mental comum de trabalhadores de uma penitenciária feminina do estado de São Paulo**. 2014, 143 f. Dissertação (pós graduação em saúde coletiva, política e gestão em saúde) Faculdade de ciências medicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/313085/1/Silva_HeloisaMarisMartins_M.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

TSCHIEDEL, R. M. **O trabalho prisional e suas implicações na saúde mental dos agentes penitenciários**. 2012, 51 f. Dissertação (mestrado em psicologia clínica) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4803/rubia.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 set. 2019.